

Monitoramento e Avaliação da Capacitação de Delegados do Orçamento Participativo de São Paulo

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

O artigo tem como tema o curso de capacitação de delegados do orçamento participativo da cidade de São Paulo, que integra projeto mais amplo de assessoria à Coordenadoria do Orçamento Participativo daquele município, executado através de uma parceria entre o Projeto Democracia Participativa – PRODEP e o Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento da Política de Assistência Social – NUPASS, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo do trabalho é apresentar a metodologia utilizada para a avaliação do curso realizado no ano de 2003, bem como apresentar alguns resultados alcançados e reflexões acerca da importância da avaliação das atividades de extensão no sentido de se ter condições de medir seu impacto para o público envolvido. Nesse sentido, são descritos os instrumentos utilizados, quais os atores envolvidos e os momentos em que ocorreu a avaliação. A seguir são apresentados os principais resultados alcançados, que, de modo geral, são avaliados positivamente por todos os avaliadores (internos, externos e participantes do curso) e que apontam para a importância do processo de capacitação para o empoderamento desses atores sociais que passam a exercer uma nova função política a partir da implementação desses novos espaços de deliberação pública sobre o orçamento municipal.

Autoria

Leonardo Avritzer, doutor em Ciência Política

Eleonora Schettini Martins Cunha, assistente social, mestra em Ciência Política

Edite da Penha Cunha, assistente social, mestranda em Ciência Política

Roberto Rocha Pires, administrador público, mestrando em Ciência Política

Instituição

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Palavras-chave: avaliação; capacitação; orçamento participativo

Introdução e objetivo

A Constituição brasileira de 1988 inscreveu como princípio básico da organização político-social do país o direito da sociedade à participação nas decisões acerca das políticas públicas. A partir deste princípio foram criados espaços públicos de participação democrática no âmbito da gestão pública, institucionalizando novas formas de participação e de deliberação públicas, que Avritzer e Pereira (2002) denominam de instituições híbridas por haver a partilha de poder entre sociedade e Estado. Dentre essas novas instituições encontram-se os orçamentos participativos - OP, que têm sido implementados em diversos municípios, sendo que em São Paulo iniciou-se em 2001.

A equipe da Coordenadoria do Orçamento Participativo de São Paulo – COP buscou a parceria da UFMG para a construção de um programa de formação permanente de delegados e conselheiros do OP, que vem sendo executado desde 2002, através de ações articuladas entre o Projeto Democracia Participativa – PRODEP e o Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento da Política de Assistência Social – NUPASS, ambos do Departamento de Ciência Política. Através do *Projeto de capacitação dos delegados (as) e conselheiros (as) do*

OP de São Paulo tem-se buscado o fortalecimento da capacidade gestora da Coordenadoria do Orçamento Participativo – COP concomitante às ações de capacitação. Para isso, constituiu-se um grupo de trabalho composto por professores, técnicos e alunos de pós-graduação e graduação da universidade.

O Plano Nacional de Extensão Universitária aponta a interdisciplinaridade, a interação entre a universidade e a sociedade, a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão e o impacto positivo da atividade na comunidade como os princípios básicos que devem nortear as ações de extensão universitária. O curso de capacitação de delegados foi formulado e implementado observando-se esses princípios, dentre outros específicos do próprio NUPASS. No entanto, o impacto dessa atividade só poderia ser mensurado após algum tempo de sua realização e foi essa uma das intenções da avaliação realizada ao longo do ano de 2003.

Naquele ano, o curso de capacitação para os delegados adquiriu novo formato, especialmente quanto à sua carga horária e conteúdo, decorrente de avaliação realizada no ano anterior e de novos objetivos colocados pela equipe de formação da COP. Além de verificar se as mudanças alcançaram efeitos positivos, havia então um outro motivo, também relevante: a equipe de formação da Coordenadoria constituiu sua equipe de formação e passou a assumir diretamente a execução do curso, uma experiência nova para a quase totalidade de seus integrantes. Naquele ano, o foco do projeto centrou-se na capacitação dos componentes da equipe de formação, visando aprimorar suas habilidades como agentes facilitadores de ações educativas continuadas, bem como a assessoria no planejamento e na execução das ações de capacitação. Nesse sentido, foram realizados seminários de preparação e avaliação do curso de delegados, oficinas e cursos para a equipe de formação da COP com o intuito de aprofundamento teórico nos temas: educação popular, comunicação e mobilização social, avaliação de impacto, e o monitoramento e a avaliação do curso de capacitação dos delegados.

As equipes envolvidas no projeto consideraram de extrema relevância acompanhar o desenvolvimento do curso e avaliar os resultados obtidos com ele, por entenderem que a avaliação lhes permitiria aprimorar a atividade para 2004, alcançando melhores resultados. Este artigo apresenta a metodologia utilizada, os resultados encontrados e algumas reflexões sobre a importância da avaliação para o aperfeiçoamento das atividades de extensão.

Metodologia

O objeto da avaliação foi o curso de capacitação para os delegados do OP de São Paulo, realizado no período de março a julho de 2003, num total de 10 turmas e 1.100 participantes.

Com o objetivo de apreender dados e informações que realmente permitissem conhecer os resultados do curso sob diversas perspectivas, realizou-se uma avaliação mista (Aguillar e Ander-Egg, 1994), envolvendo atores internos ao processo (as equipes de formação e de assessoria), os beneficiários da ação (delegados do OP) e avaliadores externos (pesquisadores da Criterium Assessoria em Pesquisa). Outro aspecto relacionado à avaliação do curso é que ele foi avaliado em três momentos: durante sua realização, por um grupo de observadores; logo ao seu final pelos participantes de cada turma; e após alguns meses de sua realização, pelos pesquisadores (Uribe, 2000).

Com relação aos principais aspectos que se pretendeu avaliar (Aguillar e Ander-Egg, 1994; Uribe, 2000), definiu-se como dimensões avaliativas a *capacidade de organização*, composta pelas variáveis *instalações físicas* (espaço, mobiliário, condições de salubridade e de acesso), *recursos humanos* (quantidade e qualidade), *recursos técnicos e materiais* (qualidade e adequação) e *alcance do produto* (consonância entre planejamento e execução); a *capacidade de execução*, cujas variáveis foram o *acolhimento* (adequação das dinâmicas), *divulgação* (efetividade), *participação* (quantidade e qualidade), *conteúdos abordados*

(quantidade e qualidade da informação, linguagem, duração), *metodologia* (adequação das dinâmicas, técnicas e instrumentos) e a *relação entre facilitador e participantes* (qualidade do facilitador); os *resultados alcançados*, sendo o *grau de informação obtido* pelos participantes a variável avaliada.

Para o registro dos dados relacionados às variáveis e indicadores definidos, foram utilizados quatro instrumentos. O primeiro foi a “Avaliação da satisfação dos delegados”, elaborado pela equipe de assessoria da UFMG e adaptado pela equipe da COP. Ele foi preenchido pelos delegados participantes do curso imediatamente após o seu término. Dentre o universo dos participantes, 564 delegados responderam a esse instrumento de avaliação.

Um segundo instrumento, construído em conjunto pelas equipes da UFMG e da COP, foi o “Roteiro de Monitoramento e Avaliação”, utilizado pelos observadores das próprias equipes para que registrassem suas impressões quanto às atividades realizadas durante o curso. Foram preenchidos 14 roteiros, sendo que sete deles pela equipe de assessoria da UFMG e os outros sete pela equipe de formação da COP. Os resultados finais dessas observações foram apresentados e discutidos pelas equipes.

Um terceiro instrumento foi o “Questionário de Avaliação da Capacitação”, elaborado pela Equipe da COP e revisto a partir de um seminário em que foram apresentados e discutidos aspectos teóricos e metodológicos relacionados à avaliação de impacto, bem como à construção de indicadores de avaliação. O questionário foi aplicado pelos estagiários das subprefeituras nos Fóruns Regionais de Delegados, alguns meses após a capacitação, numa amostra representativa de 407 delegados, abrangendo delegados que participaram e que não participaram da capacitação, visando fazer uma comparação entre seu desempenho quanto a diversos aspectos relacionados ao seu papel no ciclo do OP.

Um quarto instrumento utilizado foi o *survey* sobre o “Perfil dos Participantes do OP de SP”, no qual foram incluídas questões que visavam captar a opinião dos delegados quanto à sua participação, compreensão e percepção de utilidade dos conteúdos trabalhados no curso de capacitação. A coleta dos dados foi através de entrevistas telefônicas, com entrevistadores devidamente treinados, com questionário previamente estruturado. A pesquisa de campo foi realizada no mês de dezembro de 2003, tendo como universo da amostra os delegados temáticos, territoriais e de segmentos e os conselheiros do orçamento participativo do município de São Paulo, eleitos em 2002. Foram entrevistadas 743 pessoas, dentre delegados e conselheiros.

Os vários instrumentos de monitoramento e avaliação, aplicados em momentos diferentes do processo e tendo a opinião de atores diversos (Aguillar e Ander-Egg, 1994; Silva, 2000; Uribe, 2000), permitiram produzir uma análise combinada das informações, possibilitando uma avaliação mais ampla e aprofundada em relação a aspectos que dificilmente seriam apreendidos através de um único instrumento e momento de avaliação (Aguillar e Ander-Egg, 1994; Roche, 2000).

Resultados e discussão

O Plano Nacional de Extensão Universitária aponta a interdisciplinaridade, a interação entre a universidade e a sociedade, a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão e o impacto positivo da atividade na comunidade como os princípios básicos que devem nortear as ações de extensão universitária. O curso de capacitação de delegados foi formulado e implementado observando-se esses princípios, dentre outros específicos do próprio NUPASS. No entanto, o impacto dessa atividade só poderia ser mensurado após algum tempo de sua realização e foi essa a intenção da avaliação realizada ao longo do ano de 2003.

A avaliação fundamentada e sistemática das ações se apresenta como o caminho necessário para se verificar se realmente elas contribuíram para a efetiva alteração das realidades pessoais e sociais e quais os aspectos dessas atividades que precisam ser

aperfeiçoados ou alterados, para que possam ser atingidos os objetivos propostos (Arretche,1998; Carvalho, 1998; Rico, 1998; Roche, 2000). Essas foram as premissas que serviram como referência na análise das informações obtidas a partir dos diversos instrumentos de avaliação utilizados.

A primeira dimensão definida como relevante para a avaliação foi a capacidade de organização do curso. Nessa dimensão, a adequação das instalações físicas onde ocorriam as atividades foi considerada uma variável significativa, ou seja, a existência de espaços adequados para as dinâmicas propostas, as condições de conforto e de higiene. Os dados apontam, de um modo geral, para uma avaliação satisfatória, uma vez que a maioria (81%) dos registros dos observadores do curso considerou-as boas. Foram registrados alguns problemas relativos às condições de acessibilidade para os participantes com deficiência, mas que encontraram pronto acolhimento por parte dos organizadores do curso. A avaliação positiva dos observadores foi corroborada pelos dados do *survey* que, ao procurar identificar o nível de satisfação dos participantes em relação à localização e ao acesso ao curso (eles puderam dar notas que variavam de zero a sete, classificadas em notas positivas, regulares ou negativas), registrou-se 82% de notas positivas.

Uma segunda variável foi “recursos técnicos e materiais” (equipamentos audiovisuais em geral). Ainda que a maioria dos observadores (65,5%) os tenha identificado como bons, a pouca qualidade ou as dificuldades em operá-los causou problemas no desenvolvimento das atividades, sendo a principal causa de dificuldades no cumprimento da agenda, que em 28% dos casos não foi executada conforme o planejado, reduzindo o tempo de execução das atividades e, conseqüentemente, diminuindo o alcance do produto. Ainda no que se refere aos recursos técnicos e materiais, 564 delegados que participaram do curso e responderam a avaliação de satisfação, a maioria (89%) aprovou o material utilizado, considerando-o ótimo (41%) ou bom (48%).

A adequação do material didático (suficiência, linguagem, apresentação) e pedagógico (linguagem, apresentação e meio) utilizado durante o curso foi outra variável considerada relevante. Dos delegados entrevistados no *survey*, 89% deram notas positivas ao material de apoio/apostilas e à linguagem utilizados, dados que vão ao encontro das opiniões dos observadores do curso, que registraram que os materiais didáticos e pedagógicos foram suficientes e de boa qualidade. Esses materiais foram objeto de permanente reflexão, o que resultou em alterações no conteúdo e na reorganização das apresentações dos facilitadores e das apostilas distribuídas para os delegados.

Em relação aos recursos humanos, a quarta variável que compunha essa primeira dimensão, identificou-se que a maior parte (64%) dos observadores do curso avaliou-os como bom e 21% como razoáveis, sendo que o número de facilitadores por grupo de delegados foi apontado como suficiente (mantendo-se em média a relação de um facilitador para vinte participantes).

A segunda dimensão avaliada foi a capacidade de execução do curso pela equipe da COP. Uma primeira informação levantada pelo *survey* identificou um aumento significativo do número de delegados que participou do curso, uma vez que em 2002 foram 32% enquanto que em 2003 foram 60% do total de delegados. Ao buscar as razões pelas quais os delegados não participaram do curso identificou-se que 69% deles em decorrência de problemas pessoais (falta de tempo, problemas de saúde, por exemplo) e 31% por problemas relacionados à organização do curso (falta de informação, conteúdo já conhecido, dentre outros). Esses dados foram corroborados pela pesquisa da COP e apontam uma tendência do crescimento da efetividade da mobilização e divulgação do curso no ano de 2003. Esses dados são corroborados pelos dos observadores, que identificaram que a divulgação da capacitação revelou-se bastante efetiva, capaz de gerar boa mobilização e interesse por parte dos delegados do OP. No entanto, ainda foram identificados problemas relacionados a eventuais

dificuldades de comunicação, oriundas de imprecisões no registro de endereços dos delegados e de eventual insuficiência de colaboração por parte das subprefeituras.

Quanto à participação dos delegados durante o curso, 87% dos registros dos observadores apontaram que ocorreram atitudes de cooperação e de troca coletiva entre os participantes, dado corroborado pela avaliação dos próprios participantes ao final do curso, que indicou que 92,4% dos delegados avaliaram positivamente sua participação durante o curso (sendo 35,5% ótimo e 56,9% bom).

A opinião dos delegados sobre o curso aponta que a maioria (85%) tem uma avaliação positiva do curso (40% ótima, 45% boa), sendo que 13% o avaliam regular. As menções positivas, colhidas através de respostas espontâneas e múltiplas, referem-se ao fato de terem obtido aprendizado e ou esclarecimentos sobre as funções dos delegados; o poder público; onde e como reivindicar; maior interação/comunicação/troca de informações; verba/recursos financeiros; explicaram muito bem/ deu para entender tudo/ foram esclarecidas todas as dúvidas e atuação junto a comunidade que representa/ segmento. As menções negativas, colhidas da mesma forma que as positivas, se referem ao conteúdo do curso pobre/fraco/falaram só o básico; muito conteúdo para pouco tempo de curso/ é muito rápido e falta de objetividade ao curso/ fogem toda hora do assunto/ se conversa sobre outros assuntos e não os da apostila.

Quanto à estrutura do curso, a maioria dos participantes (94%) considerou os conteúdos abordados como ótimo (42%) ou bom (52%), dados corroborados pelo *survey*, que registrou 91% de notas positivas relacionadas ao conteúdo do curso, 90% de notas positivas relacionadas à quantidade de informações, 89% de notas positivas relacionadas à qualidade das informações e 83% de notas positivas relacionadas ao tempo de duração do curso.

Em relação à metodologia, 82% dos registros dos observadores a avaliaram como boa, sendo identificado que as dinâmicas planejadas pela equipe de facilitadores (acolhimento, exposição dialogada sobre o OP, as dinâmicas sobre o papel dos delegados, prioridades e processo de negociação e o teatro) foram conduzidas a contento. Nesse item, também há convergência de opiniões entre observadores e participantes, sendo que a maioria destes (91%) avaliou positivamente a metodologia (48% como ótima, e 43% como boa).

A maioria dos participantes (93%) avaliou positivamente o trabalho dos facilitadores (52% os consideraram ótimos e 41% bons). Ao buscar um aprofundamento sobre a relação entre facilitadores e participantes, 80% dos registros dos observadores a avaliaram como boa, com destaque para a capacidade do facilitador em promover o incentivo à reflexão, à elaboração, à proposição, à análise crítica, à cooperação, troca e valorização das experiências de vida e militância dos delegados. A efetividade na condução das dinâmicas do curso variou segundo as habilidades e experiências dos facilitadores. Considerou-se que a equipe, mesmo que heterogênea em sua composição, esteve sempre estimulada e empenhada no sucesso do empreendimento e que teceu esforços consistentes no sentido da qualificação, o que exigiu uma atitude de permanente auto-avaliação e capacidade de inovação.

A terceira dimensão considerada relevante relaciona-se aos resultados alcançados. Dos registros feitos pelos observadores, 88,9% indicam que os participantes conseguiram apropriar-se satisfatoriamente das informações trabalhadas no curso. Porém, quanto ao conceito e ciclo do OP, faz-se ainda necessário um maior investimento no aprofundamento da discussão, na medida em que é contemplado apenas parcialmente no conjunto das dinâmicas.

Esses dados são corroborados pelos resultados do *survey*, no qual 53% dos respondentes informaram compreender muito do que foi falado no curso de capacitação, enquanto 38% mencionaram compreender mais ou menos e 8% afirmaram compreender pouco das informações oferecidas no curso. Nesse sentido, tanto na perspectiva do observador, quanto na perspectiva do participante percebe-se que os conteúdos trabalhados nos cursos de capacitação vêm sendo apropriados satisfatoriamente por parte dos delegados.

No entanto, o índice considerável de participantes que responderam compreender mais ou menos o que foi falado nos cursos aponta para a necessidade de aprimoramento na linguagem utilizada no sentido de sua simplificação para que a absorção do conteúdo seja ainda maior.

Quanto à utilidade das informações trabalhadas no curso, o *survey* identificou que a maioria dos delegados as considerou úteis para sua atuação como delegados e para sua atuação política de um modo geral. Quanto à praticidade das informações, a maioria considerou que podem ajudar em sua atuação diária. Além do nível satisfatório de apropriação dos conteúdos do curso por parte dos delegados, os dados da tabela a seguir mostram que a maioria dos delegados considerou as informações disponibilizadas na capacitação muito úteis para sua atuação enquanto cidadão.

Tabela 1. Avaliação sobre algumas informações passadas no curso de capacitação

Avaliação das informações	Muito	Mais ou Menos	Nada
Úteis para sua atuação enquanto delegado do OP	65%	33%	01%
Úteis para sua atuação política de um modo geral	62%	35%	02%
Práticas, podendo ajudar em sua atuação diária	59%	38%	03%

Fonte: Relatório de atividades, FUNDEP/PRODEP, 2003.

A efetividade das atividades de formação pode ser identificada através dos impactos provocados pela capacitação dos delegados na qualidade de sua atuação no processo do OP. Nesse aspecto, o questionário de avaliação da COP forneceu dados importantes ao desenvolver uma comparação entre o desempenho de delegados capacitados *versus* delegados não capacitados. Quanto ao seu conhecimento sobre o ciclo do OP, 75% dos capacitados disseram que o conheciam e 63% dos não capacitados também. Acerca das funções dos delegados, 87% dos capacitados disseram que as conheciam e 75% dos não capacitados também. Ainda que em ambos os grupos os dados sejam positivamente identificados, nota-se uma diferença a favor do grupo que participou das atividades de capacitação. Apesar da avaliação positiva extraída desses dados, há que se averiguar as razões relacionadas às respostas negativas por parte dos delegados que tiveram acesso e disponibilidade para participar das atividades de capacitação, apontando para a necessidade de se buscar saber o que impediu esses delegados de compreenderem o conteúdo trabalhado, uma vez que o instrumento não evidenciou tais questões.

Tabela 2 – Conhecimento dos delegados sobre o ciclo do OP e os papéis e as funções de delegados

“Conhece o Ciclo do OP?”	Sim	Não
Delegados Capacitados	75%	25%
Delegados Não Capacitados	63%	37%
“Conhece as funções dos delegados do OP?”	Sim	Não
Delegados Capacitados	87%	12%
Delegados Não Capacitados	75%	24%

Fonte: Relatório de atividades, FUNDEP/PRODEP, 2003.

Segundo os delegados que responderam positivamente a essas questões, a formação oferecida pela COP corresponde à principal fonte de informações (44%), ultrapassando

consideravelmente a incidência de outras formas de obtenção de informações. Isto aponta para a relevância da capacitação para o bom desempenho dos delegados. Os dados também revelam a forma como os delegados não capacitados têm acesso às informações necessárias para sua atuação. Eles tendem a recorrer a outros participantes (conselheiros e seus colegas delegados) do OP ou a unidades da Prefeitura em maior proporção ou frequência do que os delegados que foram capacitados.

Uma informação relevante levantada pela COP, que colabora para a verificação da efetividade das atividades de capacitação sobre o desempenho dos delegados, está expressa nos dados que identificaram que os delegados capacitados, além de corresponderem aos participantes mais assíduos nas assembleias que definem as prioridades orçamentárias (81% dos capacitados *versus* 69% dos não capacitados), constitui o grupo que tem maior atuação (participação em debates e negociações) diante dos representantes do governo municipal na discussão sobre as prioridades do OP. Dos delegados capacitados, 67% registraram que conseguiram debater e negociar com os representantes do governo, enquanto que apenas 45% dos delegados não capacitados afirmaram ter conseguido.

A contribuição da formação revela-se também na medida em que a pesquisa realizada pela COP identifica que a capacitação não é mencionada pelos delegados como um dos principais obstáculos à sua atuação, dentre os quais pesam outras variáveis (que somam 70% das menções por parte dos entrevistados) e que são exteriores e independentes à atividade de capacitação dos delegados como: falta de tempo (21%), de transporte (12%) e de dinheiro (10%), atividades pessoais (7%), frustração com o processo do OP (7%), falta de entrosamento com os agentes (7%), informações e convites que não chegam até o delegado (6%). Os outros fatores relativos a dificuldades encontradas pelos delegados para atuar, porém, associados à capacitação dos delegados somam apenas 17%, dentro dos quais, inclui-se: a dificuldade de passar para a comunidade as informações (5%), falta de compreensão das informações (8%), falta de informação sobre seu papel (4%).

No *survey*, 88% dos participantes do curso manifestaram seu interesse em participar de outros cursos de capacitação, apontando como menções positivas a atualização/aprimoramento/renovação de conhecimentos (68%), atuação junto a comunidade que represento/segmento (45%), funcionamento do OP/reuniões (23%), fazer amizade/contatos (6%). Identificou-se que 10% de menções negativas para não participar se deve ao fato de não têm tempo/trabalha e estuda. Esses dados apontam para a avaliação positiva da capacitação, de modo geral, uma vez que a maioria dos participantes indica seu interesse em continuar participando de atividades que possam atualizar seus conhecimentos, melhorar sua atuação, oportunizar mais interação.

Conclusões

As atividades desenvolvidas junto aos delegados do OP de São Paulo têm procurado oferecer meios e instrumentos aos atores sociais e agentes institucionais para que possam melhor compreender a realidade sobre a qual atuam e deliberam. A avaliação dessas atividades possibilitou articular o ensino, a pesquisa e a extensão no intuito de verificar os resultados e o impacto da capacitação na atuação desses novos atores políticos.

A metodologia utilizada para avaliação do curso de capacitação de delegados, ancorada na mobilização e utilização de diferentes instrumentos e atores, mostrou-se adequada e necessária para apreensão das diversas nuances e aprofundamentos que se fizeram necessários durante o processo de assessoria, monitoramento e avaliação junto a equipe de formação da COP. Para uma avaliação mais criteriosa e que apreendesse diferentes percepções dos atores envolvidos no processo, em diferentes momentos, a estratégia utilizada para potencializar recursos, integrar e interagir as diferentes frentes de trabalho desenvolvidas pelo PRODEP, contribuiu significativamente para a qualificação das ações de extensão em

pauta, numa clara estratégia de articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão que vem se consolidando como marca de sua atuação.

A utilização de instrumentos diversos, a avaliação realizada por atores diferenciados e em momentos distintos possibilitou cruzar dados e informações que, de forma geral, permitiram apontar com mais segurança as afirmações que foram apresentadas neste artigo, seja quanto à avaliação positiva do curso (estrutura, metodologia e conteúdo), da capacidade de sua organização pela equipe da COP, do desempenho dos facilitadores, do próprio processo de aprendizado dos participantes.

No que se refere aos resultados alcançados pelo curso, pode-se afirmar que as atividades de capacitação de delegados do OP desenvolvidas pela equipe de formação da COP têm alcançado resultados positivos. Em outras palavras, a capacitação desenvolvida vem correspondendo a um processo efetivo de empoderamento desses novos agentes políticos, contribuindo fortemente para sua atuação concreta no decorrer do Orçamento Participativo.

Referências bibliográficas

- AGUILLAR, Maria José e ANDER-EGG, Ezequiel. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de política sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.
- AVRITZER, Leonardo e PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Democracia, participação e instituições híbridas*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (mimeo)
- CARVALHO, Maria do Carmo B. Avaliação participativa - uma escolha metodológica. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de política sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.
- URIBE, Victor Manuel Quintero. *Evaluación de proyectos sociales: construcción de indicadores*. Colombia: Fundación FES, 2000.
- RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de política sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.
- ROCHE, Chris. *Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças*. São Paulo: Cortez : ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2000.
- SILVA, Maria Ozanira da S. "Execução e avaliação de políticas e programas sociais". In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 4*. Brasília: UnB, 2000.
- RELATÓRIO de Atividades, FUNDEP/Projeto Democracia Participativa. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (mimeo)